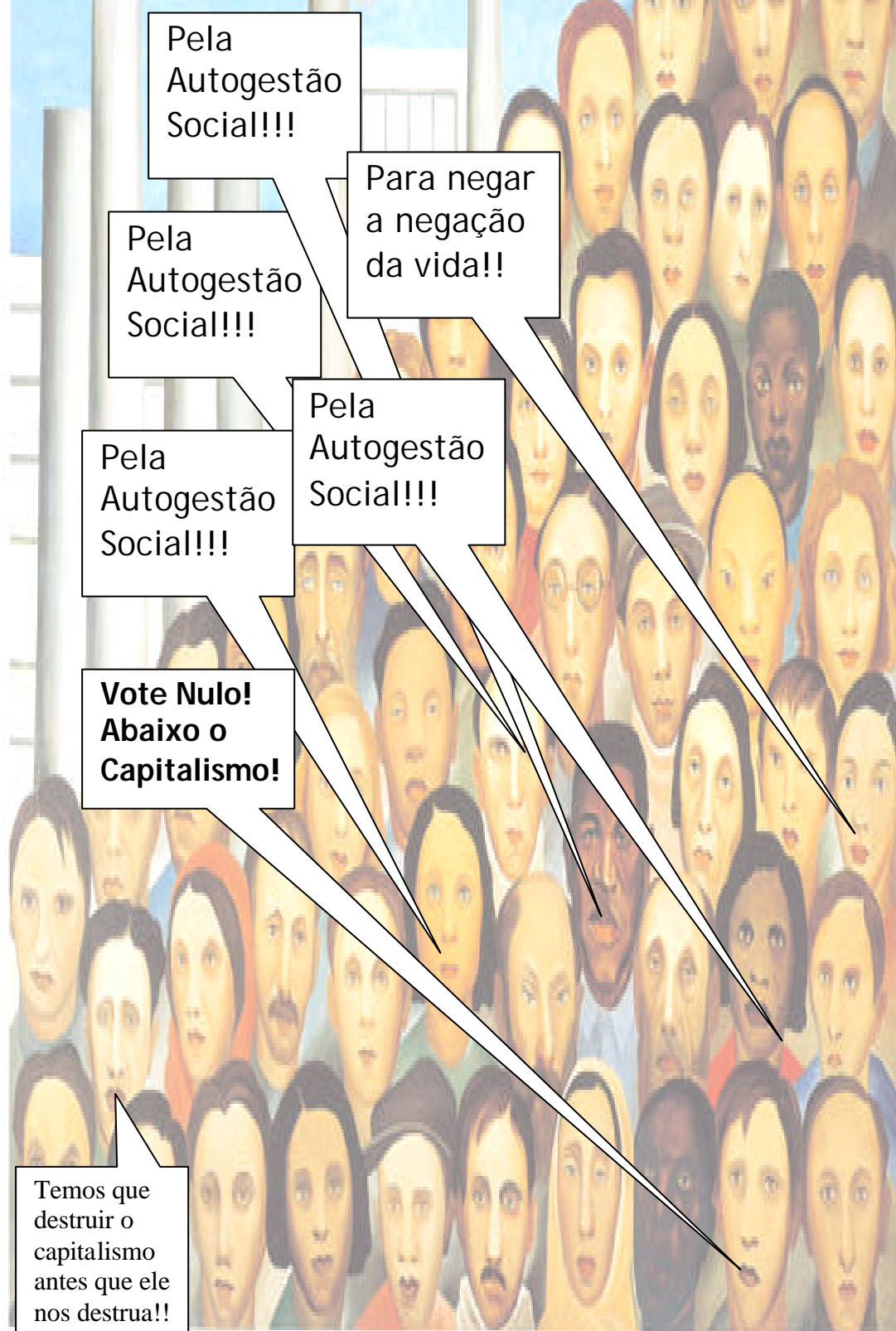


Revista Enfrentamento

Ano 01, nº 01, Jul./Dez. de 2006



Pela
Autogestão
Social!!!

Pela
Autogestão
Social!!!

Para negar
a negação
da vida!!

Pela
Autogestão
Social!!!

Pela
Autogestão
Social!!!

**Vote Nulo!
Abaixo o
Capitalismo!**

Temos que
destruir o
capitalismo
antes que ele
nos destrua!!

Revista Enfrentamento

Índice

P
Á
G
I
N
A

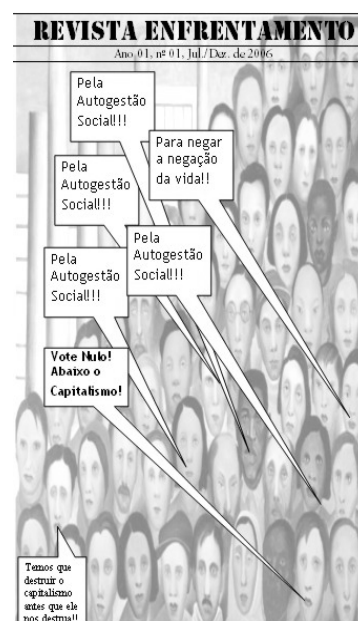
03	Enfrentar é Preciso...	<i>Revista Enfrentamento</i>
04	Estado e Luta de Classes	<i>Edmilson Marques</i>
11	Sobre a Apatia e a Falta de um Conteúdo Revolucionário	<i>Lucas Maia dos Santos</i>
14	Para Além da Luta de Classes	<i>Robert Kurz</i>
15	Quem Pode Realizar a Abolição do Trabalho?	<i>Juca</i>
16	Polemizando com Kurz	<i>Euler Conrado</i>
20	A Luta Autônoma e os Ciclos Longos de Mais-Valia Relativa Segundo João Bernardo	<i>Lucas Maia dos Santos</i>
26	Tempo de Eleições, Tempo de Ilusões	<i>Nildo Viana</i>

Expediente

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é: revistaenfrentamento@yahoo.com.br e as normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se reserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissão será resolvido por seu conselho editorial.

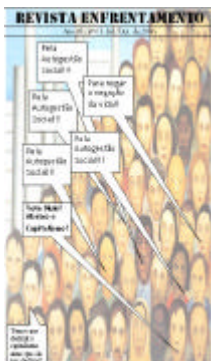
Conselho Editorial:
Lucas Maia dos Santos
Nildo Viana
Veralúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 01, nº 01, jul./dez. de 2006.
<http://revistaenfrentamento.ubbihp.com.br>
revistaenfrentamento@yahoo.com.br



Enfrentar é preciso...

Revista Enfrentamento



Enfrentar quer dizer “atacar de frente”, “defrontar”, “arrostar”. Enfrentar significa lutar, confrontar. O enfrentamento com o capital é algo necessário, duro, difícil, prazeroso, emancipador. Enfrentar é preciso, pois quem não enfrenta o capital e tudo que ele representa, não vive, é como um zumbi, um morto-vivo, que nem está completamente morto, nem completamente vivo. É um escravo das ideologias, das ilusões, da cultura dominante, do consumo, da falsa felicidade, do mundo simultaneamente trágico e cômico. É morto, pois não vive plenamente, não realiza suas potencialidades, não vê seus semelhantes serem felizes, não consegue nem esboçar isto através da luta que é um passo para a vida e a luta por uma vida autêntica. É vivo, pois carrega em si as potencialidades adormecidas, a criatividade, a sociabilidade saudável e não doentia da possessividade e da competição, da produção intelectual e manual, da esperança.

Para não sermos zumbis, figuras semelhantes as que aparecem nos filmes de George Romero, que apresenta os morto-vivos comportando-se como tal e os que ainda não entenderam que são do mesmo tipo, só que sem perceberem. Temos que lutar, enfrentar. Lutar o tempo todo, contra tudo e contra todos, inclusive contra nós mesmos, contra nossa própria pendência ao mórbido, ao morto, ao putrefato, que é o que nos prende a esta sociedade, seus valores, sentimentos, concepções.

Numa sociedade no qual não existe liberdade, o primeiro ato de liberdade é a luta, a luta pela liberdade. A *Revista Enfrentamento* é um produto de um coletivo que resolveu lutar, enfrentar. O Movimento Autogestionário realiza o enfrentamento com o mundo existente visando colaborar com a constituição de um mundo realmente humano. A *Revista Enfrentamento* é um espaço de

luta cultural visando combater as ideologias conservadoras, os modismos intelectuais, as representações ilusórias. É um espaço para repensar a sociedade capitalista e seu processo de destruição da vida, de produção de miséria, fome, degradação psíquica e ambiental, entre milhares de outras conseqüências do mundo comandado pelo capital, que se assemelha uma imensa máquina que para continuar funcionando precisa de moer seres humanos constantemente.

Para contribuir com a luta cultural pela emancipação humana, a *Revista Enfrentamento*, em seu primeiro número, apresenta um conjunto de reflexões sobre o mundo contemporâneo expresso em diversos artigos. Edmilson Marques [*Estado e Luta de Classes*] aborda a questão do estado e luta de classes, demonstrando a permanência, ao contrário do que os ideólogos de plantão colocam, da luta de classes e do papel do estado nesta luta, a favor do capital. Lucas Maia dos Santos [*Sobre a Apatia e a Falta de um Conteúdo Revolucionário*] discute o problema da apatia no movimento revolucionário contemporâneo, observando suas determinações. Robert Kurz [*Para Além da Luta de Classes*] tem um texto inserido no presente volume por ter desencadeado um debate que conta com a contribuição de Juca [*Quem pode Realizar a Abolição do Trabalho?*] e Euler Conrado [*Polemizando com Kurz*], tematizando a questão do trabalho e do proletariado, o que leva a discussão do problema da contemporaneidade e da abolição do trabalho. Lucas Maia dos Santos [*A Luta Autônoma e os Ciclos Longos de Mais-Valia Relativa Segundo João Bernardo*] escreve mais um texto abordando a tese de João Bernardo sobre os ciclos longos de mais-valia relativa e Nildo Viana [*Tempo de Eleições, Tempo de Ilusões*] apresenta um artigo que aborda a ilusão eleitoral na época de eleições.

Esperamos que o nº 01 da *Revista Enfrentamento* seja o primeiro de uma série e que contribua com as lutas pela libertação humana.

ESTADO E LUTA DE CLASSES

Edmilson Marques

Nos últimos tempos tem-se ouvido grunhidos de que não existe mais a luta de classes. Alguns ousam ainda dizer que essa é uma “idéia” superada. Já em relação ao estado percebe-se que no pensamento corrente o mesmo é tomado como sendo a cúpula governamental. Alguns pensadores ainda ousam afirmar que o estado está em todo lugar, semelhante ao que Foucault fala do poder, ele “funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercê-lo” (Foucault, 1979, p. 223). Ou ainda, que o estado é o meio pelo qual poderá se efetivar a transformação social no sentido de substituir as contradições provenientes do capitalismo e em seu lugar instituir um estado que atenda de fato aos interesses da classe operária.

É. Quando é dado um tratamento abstrato aos fenômenos sociais, privilegiando a idéia, de fato tudo se torna possível. Porém, a nossa proposta é buscar a compreensão do estado e da luta de classes a partir das relações sociais reais no capitalismo. Quando os ideólogos afirmam que a luta de classes é uma idéia superada, estão apenas exclamando uma das faces tautológicas idealistas. O pensamento desses ideólogos assemelha-se a Oberon e Titânia, na obra “*Sonho de Uma Noite de Verão*” de Shakespeare, que divagam pelas entranhas da sociedade sem que sejam vistos, percebidos. São abstrações que, por sua vez, cristalizam-se nas ações dos indivíduos, estimulando-os a agirem contrariamente ao que agiriam se não tivessem essas interferências exteriores. Por outro lado, ao privilegiar a idéia, o real se transforma, no pensamento, em abstração, numa confusão generalizada, e dificulta a compreensão da realidade por não existir uma relação concreta entre o pensamento e o que existe de fato. Esse pensamento “inverte a realidade, isto é, não consegue expressar o real, mas realiza sua deformação” (Viana, 2006, p. 127).

A primeira questão que buscaremos compreender, no entanto, é que o estado é uma consequência da luta de classes a qual tem suas raízes fincadas no solo concreto da sociedade, mais precisamente, nas relações de produção. É aí que está a possibilidade de uma transformação

definitiva das relações sociais; é onde dever ser direcionada a atenção em busca dos desejos da grande maioria que compõe a sociedade.

Marx e Engels, no prefácio à edição alemã do “*Manifesto do Partido Comunista*”, afirmam que “(desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra), toda a história tem sido uma história de lutas de classes, de luta entre as classes exploradas e as classes exploradoras, entre as classes dominantes e as classes dominadas” (Marx e Engels, 2003, p. 29). Na ótica dos perdulários capitalistas parece ser essa uma concepção ousada; principalmente por ser dita num tempo em que se diz que a luta de classe já está superada. Essa concepção, porém, tem sua expressão na realidade. A luta de classes é a expressão direta da relação entre dominantes e dominados, a relação fundamentalmente existente no capitalismo.

A compreensão da luta de classes, portanto, favorece e contribui para a efetivação da transformação definitiva que colocará abaixo todas as contradições e mazelas que oprime a maior parte da sociedade. Se foi dito que a história que conhecemos é a história da luta de classes e que essa luta de classes é expressão da concreta existência de dominantes e dominados, portanto, podemos concluir que o capitalismo é fundamentalmente a expressão mais desenvolvida das lutas de classes. E quais são as classes envolvidas nesse processo de luta? Marx diz claramente em todos os seus escritos: proletariado e burguesia. Portanto, é a relação entre essas classes que fundamentalmente irá emergir definitivamente as relações sociais da modernidade. E que relação é essa proveniente da luta entre essas classes? A relação baseada na exploração que a burguesia exerce sobre o proletariado.

Essa exploração ocorre no processo de produção, no ato da solidificação do trabalho daquele que intelectual e corporalmente coloca todas as suas forças na criação daquilo que no capitalismo vem se chamar mercadoria. Essa relação se dá por que a burguesia possui os meios de produção e submete aqueles que não os possui aos seus ditames, reproduzindo, assim, o seu estado de dominante e de pessoa desocupada. É com o monopólio dos meios de

produção que um indivíduo consegue deixar sob o seu controle, determinando-lhes o que fazer, uma quantidade imensa de trabalhadores. Nesse sentido, os trabalhadores teriam apenas duas escolhas para sobreviver. Ou se submeter às regras determinadas por aqueles que detêm os meios de produção ou, unidos, tomar esses meios de produção para si. Já que quem detém os meios de produção é uma minoria, então as forças que estariam no combate seriam desproporcionais, ganhando daí o mais forte, como diz Darwin, e nessa luta quem vence, é obvio, são os proletários já que é a maioria, e por ser trabalhadores têm maior força intelectual e melhor preparo físico. Porém, há uma contradição aí. Porque então que essa maioria continua submissa e sendo oprimida e explorada pela minoria? De fato é uma contradição que os pensadores que privilegiam a idéia entram em conflito com sua própria idéia, pois, não conseguem buscar no seu pensamento uma explicação para isso, até tentam, mas não conseguem expressar o que acontece. Alguns acabam enlouquecendo, outros divagam através da ciência, enfim, buscam em suas idéias uma explicação para as contradições do mundo concreto. Como coloca Lukács, “não basta que o pensamento tenda para a realidade; é a própria realidade que deve tender para o pensamento” (Lukács, 2003, p. 65).

Então, como pode ser observado, para que os trabalhadores possam continuar sobrevivendo, “parece” que optam escolher a primeira opção, ou seja, se submeter às regras dos capitalistas. Logo adiante partiremos deste ponto para explicarmos o estado. Portanto, essa relação entre trabalhadores e capitalistas é o que vai ser chamada de luta de classes. Essa relação determina o fundamento do capitalismo. A burguesia com seu poderio econômico e político, busca de todas as formas reproduzir os seu estado de dominante expropriando o trabalho do conjunto dos trabalhadores. O produto desta expropriação é o que vai ser denominada por Marx de mais-valia. Esse trabalho expropriado (mais-valia) vai sendo acumulado e como uma bola de neve, vai crescendo, expressando o poder daquele que expropria e esse poder é expresso no capital. Essa é a dinâmica que vem a ser denominada de capitalismo. Com o processo constante de expropriação, o capital parece tomar vida própria. Com isso vai ganhando forças se assemelhando a um Highlander que ao cortar a cabeça de outro, ao matar uma vida, a mesma

lhe é incorporada, e a cada vida morta vai crescendo e se diferenciando da humanidade em força e tamanho, automatizando-se e se transformando num ser de força inigualável, submetendo toda a humanidade ao seu poder.

O capital por sua vez, com seu poderio inigualável, assim como o super-homem cuja força não encontra adversário em toda a Via Láctea, pode ser vencido e até extinto. O Super-Homem na presença da criptonita se enfraquece e se transforma num mortal. A raiz de seu poder, neste caso, é sua própria fraqueza e ao mesmo tempo o meio de ser vencido. O capital, semelhantemente tem seu poder assegurado na relação de trabalho existente entre burguesia e proletariado. É aí que se encontra a raiz de seu poder, e é aí também que o poder do capital pode ser colocado em xeque e ser levado à sepultura.

O capital existe, por que existe a relação de expropriação exercida por aqueles que detêm os meios de produção. A mais-valia é a expressão desta expropriação e sua acumulação no processo de produção é que vem a se denominar capital. A mais-valia é o trabalho realizado pelo trabalhador, porém, é apropriada pelo não trabalhador. Esses primeiros foram caracterizados por Marx de “trabalhadores produtivos”, e os segundo, mediado pela burocracia, sua expressão moderna, de “trabalhadores não produtivos”. Os trabalhadores produtivos recebem essa denominação por serem produtores de mais-valia, de serem expropriados de seu trabalho. Mas para que esse trabalhador seja produtor da mais-valia o mesmo é submetido ao controle dos que não produzem, ou seja, dos trabalhadores não produtivos. E o sustento desses últimos é retirado do trabalho do primeiro, daquele que é explorado. É nesta situação que se localiza a essência do capitalismo moderno.

Com o processo de modernização do capitalismo a classe controladora vai aumentando o número de seus integrantes, juntamente com o processo de produção sustentado pela tecnologia, processo esse denominado automatização do trabalho. Porém, essa automatização não produz mais-valia, já que a mais-valia é produto da expropriação do trabalho do trabalhador produtivo, e não da máquina trabalhadora, nem mesmo do trabalhador improdutivo. A máquina, com seu potencial produtivo, apenas repassa o seu valor à mercadoria, enquanto que o trabalhador, além de assegurar o valor repassado pela máquina à

mercadoria, ainda lhe dá de presente outra massa de valor. Valor esse que vai ser apropriado pelo não produtor, e ao ser apropriada por este, o mesmo faz a sua divisão com aqueles que estão à sua volta e ocupam a mesma posição no processo de produção. Como urubus na carniça, seus próprios companheiros de classe vão lutar até o fim para decidir quem fica com a maior fatia do trabalho expropriado. Porém, com o aumento da burocracia o número de trabalhadores não produtivos vai aumentando, bem como de pessoas sem trabalho alienado, o que aumenta também, a quantidade de trabalho ocioso. No capitalismo o indivíduo é visto como trabalho, e trabalho é sinônimo de mais-valor. Portanto, na ótica capitalista, estando então o trabalho em estado de ociosidade, naturalmente que a força do capital diminui, assim como a quantidade de famintos aumentam. Simultaneamente a carniça diminui e aumenta a massa de urubus. Desta relação o que resta? Resta aos famintos lutarem em busca de comida, mesmo que tenha que matar o outro para se alimentar. O capital vai perdendo força, a carniça não mais é suficiente para alimentar os urubus, e acabando a carniça, conseqüentemente morrem os urubus. Morrendo os urubus, resta apenas o trabalhador que na luta entre seus companheiros ainda encontra no outro, um braço com carne para se alimentar.

É de fato uma relação trágica, mas é essa a tragédia existente no capitalismo. O trabalhador em busca de sua sobrevivência se esbarra na ganância dos detentores dos meios de produção. E ao ser submetido aos seus ditames, lhe proporciona todas as possibilidades de legitimação do processo de exploração do capital. Porém, ao ser submetido aos ditames do não produtor, acaba percebendo que é capaz de modificar o processo de produção e lutar em busca desta modificação. Assim ocorreu na história a redução do tempo de trabalho *de dezesseis horas para oito horas*.

Com a diminuição do tempo de trabalho, os trabalhadores não produtivos buscaram solucionar a queda da taxa de lucro médio proveniente da redução do tempo de trabalho, criando estratégias para aumentar a produção e alcançar em oito horas a quantidade produzida antes em dezesseis horas. Neste caso a tecnologia lhe foi útil já que com ela houve a possibilidade de determinar o ritmo de trabalho a ser desenvolvido pelo trabalhador. Basta lembrar do filme "*Tempos Modernos*" em que o trabalhador, na figura de Chaplin, na esteira da

produção, é determinado a seguir o ritmo da máquina, e de acordo com o ritmo oferecido pelo controlador da máquina, aumentando ou diminuindo o ritmo desta, o trabalhador é determinado a produzir conforme lhe é exigido. Daí a necessidade de trabalhos técnicos e especializados, já que na esteira da produção determinada pelo tempo, não se permite que uma pessoa exerça mais de uma função.

Podemos tomar como exemplo para tornar claro o que estamos expressando, uma fábrica onde se produz pizza. Aquele que produz a massa da pizza, se estiver submetido ao ritmo de uma esteira, de uma máquina, não pode ao mesmo tempo colocar-lhe um adorno, de azeitona por exemplo. Assim, essa função é exercida por outro trabalhador, que ao receber a massa na esteira, apenas lhe coloca a azeitona, assim como mais à frente outro coloca a fatia de tomate, outro coloca o queijo ralado, chegando àquele que lhe empacota, enquanto outro a leva a refrigeradores para conservar até chegar às prateleiras, por outros tantos especialistas, e ganhar a mesa de vossa formidável casa. Nesse processo, aquele que coloca a azeitona, ao trabalhar oito anos na mesma fábrica pode aprender em oito anos, de forma magnífica e profissional, colocar a azeitona; o que não quer dizer que ao trabalhar oito anos numa fábrica de pizza lhe dá o direito de ser produtor de pizza. Assim, ao perguntar um trabalhador de uma fábrica de pizza como se faz uma pizza, não seria de estranhar a resposta: "colocando azeitonas". Neste caso percebe-se claramente que esse colocador de azeitonas é privado de desenvolver suas habilidades múltiplas. Além disso, do seu trabalho sai o potencial do capital que será dividido mais tarde entre seus colaboradores. Ao perceber que pode fazer mais do que simplesmente colocar azeitonas, buscará, naturalmente, como qualquer ser humano buscaria fazer, aprender também a colocar o tomate, a fazer a massa, a produzir tempero, e, além disso, a adquirir ou produzir toda a matéria prima para lhe dar condições para que ele próprio produza com apenas seu esforço uma pizza que possa lhe ser útil na vida, e atender aos interesses de seu estômago. Assim como ele, todos os outros trabalhadores vão percebendo que também podem fazer o mesmo e além de tudo, que, sendo trabalhadores, podem gerir seu próprio trabalho sem a presença de controladores ou mandatários.

Estando então, esse conjunto de trabalhadores conscientes do que são capazes de

fazer, começam a lutar em conjunto para que seus interesses se efetivem. Ao fazerem isso se deparam com essa classe de perdulários (burocracia) que vão também lutar juntamente com seus companheiros de classe para manter essa relação, já que a manutenção de sua desocupação e de seus privilégios (da burocracia) depende fundamentalmente que os trabalhadores continuem, cada um em sua função, se apresentando tão somente com seu trabalho na esteira da produção, ou seja, que continuem trabalhando e sendo explorados.

Essa relação de conflito vai se reproduzindo. De um lado os trabalhadores que são a maioria, lutam pela efetivação de seus interesses (o interesse da classe trabalhadora), e os não trabalhadores, que são a minoria, concomitantemente buscam efetivar seus interesses. Essa luta não acontece no âmbito individual, embora possa acontecer também, mas a luta se estende num sentido mais amplo, alcançando todo o globo terrestre na dualidade existente entre burguesia e proletariado. Concordando com Marx, “a burguesia só consente ao proletariado uma usurpação: a luta.” (Marx, 1956, p. 37).

Dissemos antes que, como pode ser observado, os trabalhadores para continuarem vivendo, “parece” escolher a opção de submissão às regras dos exploradores. Podemos chamar isso de escolha ou de uma determinação? Isso se assemelha aos energúmenos que submetem pessoas a choques elétricos para tirarem delas uma resposta que queiram ouvir. Por exemplo, suponhamos que ao estar colocando azeitonas nas pizzas, o trabalhador sente fome e daí, ao verificar que não há um controlador por perto, come uma azeitona e joga a semente ali por perto. O controlador ao ver a semente deduz então que algum daqueles trabalhadores que estão ali por perto tenha comido uma azeitona, e ao comer uma azeitona o trabalhador estaria interferindo no lucro do não trabalhador. Na esteira da produção o trabalhador é impedido de consumir aquilo que produz, já que sua produção é apropriada pelo não trabalhador. Neste caso, consumir o que produziu vai contra os princípios capitalistas, mas não dos trabalhadores. Nesse sentido, aqueles que controlam o trabalho buscarão criar várias estratégias para impedir que o trabalhador consuma o que produziu. E se isso acontecer, de o trabalhador comer o que produziu como no caso do colocador de

azeitonas, o trabalhador é submetido às mais cruéis formas de torturas.

O trabalhador na relação de trabalho capitalista não tem escolha e acaba tendo que se submeter aos ditames dos controladores. É claro que no mundo moderno essa relação não acontece de forma explícita como relatamos no caso do comedor de azeitonas. Os controladores utilizam-se de técnicas mais “avançadas” como dizem eles próprios, para aumentar a produção e diminuir os gastos. Dizem ser flexíveis e estar, num ritmo acelerado, em busca de técnicas modernas para dar ao trabalhador autonomia necessária para que ele decida e determine as relações no processo de produção. Claro que isso é uma ideologia e acaba ocultando a relação de exploração já que o trabalhador é estimulado a acreditar que de fato é senhor de si mesmo. Porém, essa crença de ser senhor de si mesmo se esbarra e se modifica a partir de um simples erro do trabalhador no ato da produção. Se os lucros do detentor dos meios de produção diminuir, quem paga por tal diminuição acaba sendo o próprio trabalhador, já que, segundo a tecnocracia, lhe foi dado a autonomia de escolher como produzir. Essa é a idéia defendida pela classe que domina e o trabalhador neste ínterim, não tem voz, nem vez.

Bem, mas ainda não chegamos ao ponto que cabe ao estado. Já tratamos da luta de classes. Percebemos como que se dá a relação do trabalhador e do não trabalhador (proletariado e capitalista); relação essa que tem sua expressão na luta de classes. Mas, e o estado? A partir da reflexão que traçamos nesse texto podemos concluir que o estado é o estado em que se encontram os trabalhadores. Mais do que isso, que o estado, é a relação social derivada do processo de produção. Neste caso, concordamos com Nildo Viana, que segundo ele “o estado é uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia com o objetivo de manter e reproduzir as relações de produção às quais está submetido” (Viana, 2003, p.15). Esse estado de opressão e dominação ganha adeptos e apoio naqueles que buscam reproduzir tal estado, já que vivendo em função dele, o mesmo entra também para o grupo dos indivíduos que repartem entre si a mais-valia expropriada do trabalhador.

Movidos por esta intenção, alguns criam os meios de comunicação de massa, outros igrejas, outros tantos escolas, uns poucos partidos políticos e o conjunto dos não trabalhadores apóiam essa iniciativa já que lhes

trás benefícios. Por fim instituem um parlamento, cuja função é gerir, reproduzir e legitimar a relação de dominação, representando a classe que lhe deu vida, ou seja, a classe dominante, dos não trabalhadores.

Como todo representante da burguesia acaba buscando também se apropriar de uma fatia do bolo da mais-valia, e caso permanecesse o mesmo representante por um período longo a burguesia correria o risco de jogar pelo ralo a falsa consciência instituída de que o estado é o meio através do qual há a possibilidade de acabar com as contradições do capitalismo e assim, coloca fim em seus privilégios, então foi instituído que esse representante seria substituído de quatro em quatro anos. Por outro lado, de acordo com os interesses da burguesia, seria muito trabalhoso se ela mesma ficasse incumbida de escolher seus próprios representantes. Nesse sentido, determinaram então, que a escolha seria feita por toda a sociedade, o que alimentaria, simultaneamente, a falsa consciência de que tendo a possibilidade de escolher um representante, os trabalhadores teriam a oportunidade de escolher alguém que lhe trouxesse benefícios.

Essa determinação só veio aumentar o trabalho dos trabalhadores. E ao ser eleito, o representante se encarrega então, de sua tarefa, ou seja, criar estratégias e buscar soluções constantes para a queda da taxa de lucro médio proveniente da luta entre burguesia e proletariado, conseqüente do processo de produção capitalista. Além disso, o representante se torna ainda o responsável para criar meios de manter as instituições para que as mesmas continuem desempenhando a sua função de reprodutora de tal situação e, ainda, promover a criação de métodos cada vez mais desenvolvidos para vigiar os trabalhadores para que não tenham oportunidade de se unirem e provocarem mudanças no processo de produção.

E sendo os trabalhadores a maioria, conseqüentemente, que a classe dominante buscaria fortalecer o controle social para impedir que essa parte majoritária da sociedade tome os meios de produção. Novamente lembramos que com a modernidade esse controle não é exercido de forma explícita, embora em alguns casos o seja, como a coerção policial, por exemplo. Mas os capitalistas buscam, cada vez mais, ocultar esse controle disfarçando-o através de métodos denominados por eles de “democráticos”. A própria escolha eleitoral realizada por “toda” sociedade através

do sufrágio universal é um método, chamado democrático, que oculta as relações de dominação e reproduz a exploração.

Essa concepção do estado, aqui analisada, coloca por terra os argumentos social-democratas que dizem representar a classe trabalhadora. Kautsky é o principal representante da social-democracia, e segundo ele, citado por Massimo Salvatori, “não se trata de fazer desaparecer o aparelho estatal atual, mas de distinguir por meio de uma expressão particular, como Estado operário ou Estado social, o Estado do futuro em relação ao atual” (apud Salvatori, 1988, p. 167). E ainda, que o proletariado “tem necessidade, sobretudo, da mais poderosa de suas organizações: do Estado” (apud Salvatori, 1988, p. 165). Antônio Gramsci é outro pensador que defende uma concepção análoga, cujo pensamento influencia muitas pesquisas da atualidade, que, semelhante a Kautsky, defende a existência do “estado proletário”. As suas intenções podem ser claramente percebidas quando esse pedagogo estadista, na ótica do proletariado, comete o grande equívoco de afirmar que é preciso

Educar o proletariado para o exercício da ditadura, do autogoverno. As dificuldades a superar serão muitíssimas; e não é possível prever como de curta duração o período em que tais dificuldades permanecerão vivas e ameaçadoras. Mas, ainda que o Estado proletário devesse durar apenas um dia, temos de trabalhar para que ele tenha condições de existência adequadas ao desenvolvimento de sua tarefa, ou seja, a supressão da propriedade privada e das classes (Gramsci, 2004, p. 255).

Quando Gramsci trata do “estado proletário” o mesmo toma como referência o estado que na União Soviética, no início do século XX, teve sua representação concreta na pessoa de Lênin, o grande capitalista. É justamente nesse acontecimento histórico concreto que podemos afirmar que Gramsci está tão distante da classe operária quanto o sol está da terra. A propriedade privada nem mesmo as classes podem ser suprimidas através do estado. Como foi dito anteriormente, o estado é expressão das relações de dominação, portanto, expressão da propriedade privada e da classe dominante. Sendo o estado uma relação de dominação, qualquer que seja aquele que através dele domine, estará exercendo a dominação, conseqüentemente, exercendo os privilégios que a propriedade privada lhe dá direito e legitimando a existência de classes sociais, ao contrário do que afirma Gramsci.

Makhaiski ao falar da Rússia, um exemplo do que se diz por aí de “estado proletário”, cita, por exemplo, a *intelligentsia*, essa, a classe que domina o estado russo e mantém em estado de opressão a maioria das pessoas que compõe aquela “nação”. Segundo esse pensador a *intelligentsia* “soube manifestar sua gratidão à burguesia, salvando-a da ruína e da revolução operária” (Makhaiski, 1981, p. 164). O estado russo, comandado por Lênin, mantém em suas mãos os meios de produção, bem como, através desses meios de produção, submete os trabalhadores russos à exploração dividindo a mais-valia daí extraída entre os membros da *intelligentsia*. Contrária à afirmação de que o estado possa expressar os interesses do proletário, conclui-se que o estado é o meio utilizado pela classe dominante para exercer a dominação. O estado não pode ser proletário por sua essência; o estado será sempre o meio de dominação de uma classe.

Para concluir nossa observação sobre os escritos desse pensador (Gramsci), tomado aqui como referência para exemplificar o pensamento social-democrata, não podemos deixar de evidenciar a sua profunda falta de discernimento do que vem a ser as instituições escolares numa sociedade, e fundamentalmente, a educação daí derivada. Ao dizer que o proletário precisa ser educado para se auto-governar demonstra o quão inocente é esse pedagogo social-democrata. Seria o mesmo que afirmar que é preciso educar um asno para o mesmo não morrer de fome, já que, se não for educado, educação essa realizada pelos laicos dominantes, pode ocorrer que ele não consiga sobreviver em meio à fartura de comida que lhe rodeia. De fato, a educação no capitalismo comporta várias finalidades, e “hoje em dia a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho” (Tragtenberg, 1990, p. 35).

O proletariado, através da posição que ocupa no âmbito da produção e dos diversos acontecimentos históricos que envolveram a sua classe, é e já foi o suficiente para que ele percebesse claramente que sua situação só pode ser superada com uma transformação definitiva do modo de se produzir. Isso quer dizer que não é preciso uma infinidade de teorias nem sofistas para lhe dizer que sua situação, enquanto trabalhador, é de submissão. Como diz Korsch as bases do pensamento “não é teórica, mas prática” (Korsch, 1977, p. 129). É através da

vida que o trabalhador leva frente aos capitalistas que ele toma consciência das relações que o reprime e, nesta situação, supera os ensinamentos desses sofistas, percebendo que ele e só ele, enquanto classe, enquanto proletariado, é que poderá efetivar os desejos e interesses daqueles que compõem a sua classe.

Como pode ser observado, a partir da relação entre trabalhador e não trabalhador vão ser determinadas as relações sociais em toda a sociedade. A legitimação da dominação realizada pelos proprietários dos meios de produção vai sendo efetivada através do conjunto organizacional instituído; das organizações que buscam a legitimação e reprodução das relações de produção, da “exploração impiedosa do trabalhador” (Fromm, 1955, p. 85). Naturalmente que a dominação efetivada nas relações de produção vai ser a raiz de onde surgirão as formas de como irá se relacionar esse conjunto institucional, ou seja, através da dominação, da coerção. Como a produção moderna tem seu fim na mercadoria, através da qual se efetiva a extração da mais-valia e onde o capital encontra sua energia de crescimento, pode-se concluir então que o estado, nesta relação de produção, tem sua expressão como estado capitalista, nas palavras de Engels, o capitalista coletivo.

Lembramos então que o capitalismo é um modo de produção que se encontra em constantes contradições. O estado capitalista luta para manter a relação de dominação da burguesia sob o proletariado e essa relação entre burguesia e proletariado denomina-se luta de classe. Como toda luta exige um vencedor, podemos chegar à conclusão que se se trata de uma luta onde os lutadores são compostos por muitos indivíduos, ou seja, por grupos, neste caso específico, por duas classes, naturalmente que o vencedor será aquele que 1) estiver mais treinado; 2) aquele que tiver mais força e 3) aquele que contém o maior número de indivíduos. Portanto, através destas três determinações pode-se então chegar ao fim último da luta onde uma das partes envolvidas deixará ao solo o adversário. A luta continua e para saber previamente, como numa corrida de cavalos, quem será o vencedor, devemos entender a dinâmica do capitalismo cuja determinação é a relação de classe, as quais estão em luta constante. Para saber quem será a vencedora, é preciso, então, saber qual classe está mais treinada na luta, qual tem a maior força e qual contém o maior número de

indivíduos. Através destas três questões temos a possibilidade de prever o vencedor desta luta.

Porém, a luta está em aberto, ou seja, está acontecendo. Isso quer dizer que a qualquer momento os vencedores gritarão a “vitória”. Enquanto não chega seu fim continuemos entrelaçados e suportados por esta luta. Enquanto ela acontece, muitos morrem, outros endoidecem pelas pancadas fortes tomadas na cabeça, outros adoecem, outros se tornam apáticos, mas enfim, a maioria e a minoria mantém-se firmes na luta.

Partindo então da obviedade de quem será o vencedor, acreditamos que essa luta não haverá nem um troféu, nem mesmo uma recompensa em capital. Essa luta terá como recompensa o cantar do galo anunciando um novo amanhecer onde todos os seres humanos estarão no mesmo estábulo mantidos pela mesma crença do fervor que a liberdade possa oferecer em sua plenitude efetiva. A felicidade

se fará ouvir e todos poderão dela desfrutar. Nesta situação, não haverá estado para julgar ou determinar o que fazer, pois já estará feito e efetivado, o que fazer. O estado, nesta situação, se torna a fumaça da vela apagada e esmaece no ar, semelhante ao que se faz através de um sopro ao fogo que queima no pavio de uma vela, ou seja, transforma-o em nada, em fumaça, que aos poucos vai desaparecendo no ar. A consequência disso é que daí em diante, a idéia que antes dominava se transforma em dominada, a abstração em concreto, as ilusões em efetividade. Neste sentido, o estado “não será abolido, extingue-se” (Engels, 1980, p. 73). Com o tempo sumirá de todas as cabeças existentes a lembrança de sua existência na história da humanidade. Aí chega-se ao fim de toda a história passada e inaugura-se um novo período, o período predominantemente determinado pela sociedade autogestionária.

BIBLIOGRAFIA

- ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo, Global, 1980.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. São Paulo, Círculo do Livro, 1955.
- GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos, vol. 1*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, afrontamento, 1977.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MAKHAIKI, Jan Waclav. *A Revolução Operária*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França (1848 a 1850)*. Rio de Janeiro, Vitória, 1956.
- SALVATORI, Massimo.. *Premissas e temas da luta de Karl Kautsky conta o bolchevismo. Desenvolvimento capitalista, democracia e socialismo*. In: MATTICK, Paul; MATTHIAS, Erich; PROCACCI, Giuliano & SALVATORI, Massimo L. *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação Política e Sindicalismo*. São Paulo, Cortez, 1990.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

Sobre Apatia e Ativismo ou a Ausência de um conteúdo revolucionário

Lucas Maia dos Santos

Indivíduos, grupos e classes sociais apáticos, informes, amorfos, enfim, sem vida. Esta é a maneira pela qual o triunfo da opressão se manifesta. Toda a avalanche destrutiva das classes dominantes despejada sobre as cabeças dos humilhados e submetidos. Nenhuma reação, nenhuma gota de suor derivada de um mínimo de esforço para sair do buraco dentro do qual estamos atolados até o pescoço. O conformismo, por vezes até a gratidão é percebida. Isto é a apatia.

É claro que de maneira absoluta, tal como apresentada é de difícil verificação empírica, pois a raiva contida, o grito silenciado, o desejo recalçado são manifestações, às vezes invisíveis, às vezes de difícil percepção, mas às vezes estampada nos rostos e nos corpos de incontável número de pessoas. Entretanto, como exercício teórico, reconhecermos este lado extremo da submissão é importante, pois nos ajuda a compreender ou a criar caminhos para entender os mecanismos de aceitação da submissão.

Os seres humanos fazem a história, mas a fazem sob condições que não dependem de sua escolha, isto já sabemos. Que as forças materiais engendradas pelas classes dominantes são uma espécie de imã que nos mantém grudados nesta forma de organização social ninguém, com um mínimo de honestidade, contesta. Quais são estas forças?

O estado é o exemplo clássico. Com suas instituições (escolas, universidades, exército, polícia etc.) exerce uma função tanto ideológica quanto repressiva. Quando a ideologia não consegue mais acalmar os espíritos dos explorados, o aparato repressivo é o remédio mais eficaz. Se a doutrinação que a escola e a universidade impõem, ou seja, hora de entrar, sair, uniforme, respeito à autoridade, reconhecimento e respeito à burocracia, introjeção de ideologias etc. não mais são suficientes para manter o indivíduo e/ou grupos sociais em consonância com a ordem, o exército e a polícia o fazem com eficácia, tudo dentro da lei e para restabelecimento da ordem pública, mesmo que tal ato implique em massacres,

chacinas, morticínios e violências sem precedentes.

Também as instituições denominadas pelo direito e pela ciência política de privadas exercem tal forma de controle. Um controle ideológico e repressivo. As milícias particulares das empresas são um exemplo claro de repressão deliberada exercida por empresas particulares. Esta se dá tanto em momentos de conflito social quando há uma radicalização mais profunda da luta de classes ou mesmo nas relações cotidianas de reprodução das relações de produção.

Do ponto de vista ideológico, estas instituições possuem ideólogos, não necessariamente de maneira orgânica, é claro, mas que entretanto não exclui esta possibilidade. Os “*Princípios de Administração Científica*” de Taylor são um exemplo de uma ideologia cujo ideólogo é um agente direto da produção. As teorias gerais de administração, muito bem analisadas por Maurício Tragtenberg, em seu “*Burocracia e Ideologia*” demonstram o poder que possuem, não só de aumentar a produtividade, mas também de criar um nível de conformismo entre os trabalhadores, pelo menos por um certo período.

A ideologia é uma forma, e das principais, de se fazer o controle social ou de se reproduzir com certa tranqüilidade sociedades alicerçadas em antagonismos de classe. “As ideologias dominantes em uma época, sempre foram as ideologias da classe dominante” já disseram Marx e Engels. Mas o que é uma ideologia? De um ponto de vista marxista podemos defini-la como sendo uma “falsa consciência”, ou seja, um saber sistemático, que faz uso de uma linguagem relativamente complexa (filosófica, científica, teológica) e que busca justificar relações assentadas ou que se estruturam em antagonismos de classe. Por mais que sejam falsas, elas possuem um *quantum* de verdade; não em termos de quantidade 50% falso 50% verdadeiro, mas de elementos em sua estruturação que remetem diretamente à realidade. São estes elementos que nos permitem decodificar ou compreender uma ideologia, pois se fosse totalmente alheia à realidade seria incompreensível, pois não teríamos referências

para compreendê-la. E são estes elementos de nexos estruturais que permitem os mais ingênuos e também os oportunistas a se utilizarem destas ideologias para adquirirem privilégios.

Além das ideologias, também os valores, ou melhor a axiologia, permitem que os indivíduos/grupos/classes sociais se conformem com o *status quo*. Tal como Nildo Viana demonstrou, axiologia não é a ciência cujo objeto de preocupação são os valores, ciência que de fato não existe nem nunca existiu. Axiologia, segundo sua definição, é a reprodução dos valores dominantes. É imanente aos seres humanos valorar as coisas, deste modo, o que está em jogo são quais valores vamos ou não reproduzir. Diante disto, ele criou o neologismo “axionomia” para distinguir de axiologia. Este reproduz os valores das classes dominantes, aquele, os das classes dominadas. Assim, esquematicamente, teríamos um sistema de valores burguês e um sistema de valores operário, um conservador e outro revolucionário. Não se trata, deste modo, de sermos neutros, de não darmos nosso “juízo de valor”, palavrinhas que irritam aos cientistas, mas sim, de qual valor vamos dar a essa ou aquela coisa, instituição, indivíduo, ação, etc.

Queria acrescentar só mais uma instituição que contém e está contida na ideologia e na axiologia, no estado e nas instituições privadas. De maneira geral, vou denominá-las “organizações de comunicação”. São poderosas corporações que detêm o monopólio da informação e também a manipulação desta informação. Constroem verdades, manipulam fatos, omitem outros, mentem etc.

São instituições poderosíssimas, possuem grande poder de barganha com as instituições estatais e privadas, reproduzem as ideologias dominantes, valoram as coisas a partir de uma perspectiva axiológica etc. E mais, são extremamente eficazes, estão dentro de todos os lares, materializadas nos aparelhos de televisão, rádio, nos jornais, livros, revistas, quadrinhos etc. Penetram a esfera da vida privada de quase todos os indivíduos, se instalam em suas salas, cozinhas, em seus quartos. São o veículo de informação de todas as classes. O burguês e o operário assistem ao *Jornal Nacional*.

Entretanto, somente o burguês domina ou tem influência sobre as organizações de comunicação. Os indivíduos pertencentes às

classes subalternas não têm a menor faísca de barganha, exceto, evidentemente quando coletivamente as classes exploradas se organizam e de uma ou outra maneira desestabilizam, mesmo que intermitentemente, a ordem estabelecida. É aí que a ideologia e a axiologia são facilmente verificáveis, pois em todos os casos, ainda não vi um em contrário, o discurso veiculado parte da perspectiva das classes dominantes. Os fatos são selecionados, as imagens e entrevistas editadas convenientemente, e a informação é transmitida não a partir de um “jornalismo sério e imparcial” como é comumente definida a auto-representação que os jornalistas fazem de si mesmos. Isto é uma impossibilidade, ou nossa perspectiva é axiológica ou é axionômica. A perspectiva das organizações de comunicação, bem, não é preciso dizer mais nada.

Entretanto, por mais que haja este monopólio sobre a informação, é bom que se diga, ele não é absoluto. Com todas as contradições que possam ter, há indivíduos e grupos que subrepticiamente, ou seja, de maneira minoritária, sem hegemonia, buscam fazer com que informações sejam veiculadas a partir de uma outra perspectiva, a axionômica. As novas tecnologias da comunicação serviram muito a este propósito e a *internet* é seu ponto alto. Movimentos sociais, redes de solidariedade, movimentos organizados em rede etc. fazem um excessivo uso da *internet* com objetivos para os quais ela não foi criada.

Desta maneira, os elementos que geram o conformismo ou que mantêm os explorados nesta condição são os mais variados. Ideologia, axiologia, instituições (estatais, privadas e as organizações de comunicação que podem ser tanto privadas ou estatais).

Entretanto, pela própria natureza destrutiva do modo de produção capitalista, o contentamento e o descontentamento são inextrincáveis de suas relações de produção. Os indivíduos e grupos descontentes ou inconformados com este ou aquele aspecto, com esta ou aquela característica, ou mesmo com o conjunto das relações de produção sempre se manifestam, pois o controle nunca é total.

O conteúdo da contestação, segundo penso, é que vai gerar o *ativismo*, o *oportunistismo* ou a *revolução*. O ativista é aquele indivíduo, que por inúmeras razões, mergulha numa luta de Quixote, mas o faz por plena convicção, é honesto no que sente, no que faz, no que fala. Se o que faz, o que fala e o que sente são ingênuos

ou mesmo conservador é outra história. Sua prática é condenável por inúmeros motivos: a) não possui as condições materiais de superar as atuais relações de produção, portanto é conservadora; b) os objetivos são quase sempre de conquistar pequenas vantagens dentro do modo de produção capitalista, não que isto seja um problema, o problema é quando este é o objetivo; c) o ativista encarna o milenarismo cristão de liderança, portanto é contrário à autonomia necessária a uma real emancipação humana; etc.

Tudo o que se disse do ativismo vale para o oportunismo, exceto no que se refere à convicção, à honestidade no que se fala, faz e sente. Nada mais do que isto.

A revolução, pelo contrário, é o oposto de ambos. Não é um projeto para o futuro, mas a construção no presente de um futuro. É o estabelecimento de imediato, ou a luta por tal estabelecimento, de novas relações sociais, de produção, de sexualidade etc. enfim, é a negação da sociedade atual em sua totalidade, é a construção do radicalmente novo. Não é espaço aqui para nos alongarmos sobre este tema que demanda para tanto páginas e páginas.

Assim, a apatia e o ativismo são o produto necessário da ausência de um processo revolucionário. Um é a completa aceitação do estabelecido, o outro é a negação equivocada e conservadora do *status quo*. À medida que se radicalizam as lutas de classes, que relações sociais novas começam a ser criadas, nega-se por completo a apatia, posto que o processo revolucionário é sua antítese. Um necessariamente exclui o outro. O ativismo pode resistir dentro de tal processo, entretanto, à medida que forem se constituindo novas realidades e desaparecendo aquelas que o geram, sua tendência, em tal contexto, é desaparecer.

Porém, algo diferente se passa com o oportunismo, que além de sobreviver, pode se fortalecer com o processo revolucionário. Ele pode se apropriar da revolução, dirigi-la e

deturpar completamente seus objetivos. A história nos fornece inúmeros exemplos de como isto acontece. O que foi a contra-revolução bolchevique na Rússia, se não a apropriação pelo partido comunista russo do processo revolucionário? Maurice Brinton demonstra factualmente em, "*Os Bolcheviques e o Controle Operário*", como se desenvolveu tal processo. O partido foi sistematicamente esvaziando os *soviets* ou conselhos até conseguir, na esfera da produção, estabelecer o controle do processo de trabalho por um só homem. Onde os conselhos permaneceram, foram subordinados aos sindicatos, que eram por sua vez constituídos por quadros indicados pelo estado "operário", estabelecendo desta forma uma profunda hierarquização das relações de produção. Tudo voltou a ser mais ou menos como era no período pré-revolucionário.

Vivemos na contemporaneidade um momento que pode muito bem ser definido como não-revolucionário. Não está colocado de maneira clara ou objetiva um movimento que caminhe para a superação desta sociedade. O conteúdo revolucionário, segundo avaliação de Castoriadis num artigo de *Socialismo ou Barbárie*, reproduzido pela Achiamé, intitulado "Sobre o Conteúdo do Socialismo" afirma que a gestão da produção e da vida social como um todo pela classe trabalhadora é a essência do modo de produção comunista ou da autogestão.

Atualmente, esta possibilidade está colocada como consciência possível, como utopia concreta, segundo nos fala Ernest Bloch, mas não como realidade sensível. Se o processo revolucionário é a construção de novas relações sociais, ou seja, o estabelecimento, ainda sob o capitalismo, de órgãos de luta e de gestão ou de gestão autônoma das lutas, verificamos ao olhar panoramicamente para realidade contemporânea a presença-ausência deste movimento. Presença enquanto virtualidade ou possibilidade e ausência enquanto experiência sensível.

Para Além da Luta de CLASSES

Robert Kurz

Os marxistas tradicionais ainda têm lágrimas nos olhos quando pronunciam as expressões "classe" e "luta de classes". A sua identidade como críticos do capitalismo começa e termina com estes termos. Mas na situação de um sistema capitalista uniformizado no início do século XXI, sob as condições de terceira revolução industrial, globalização da economia industrial e individualização social, o paradigma teórico de classes do "proletariado" parece estranhamente empoeirado. Quanto mais obstinadamente os veteranos marxistas celebram a afirmação de que "ainda estamos a viver numa sociedade de classes", tanto menos eles conseguem fazer a situação dançar, ainda que, ou justamente porque as contradições capitalistas se agravam como nunca e uma crise mundial socioeconômica de um novo tipo abala o planeta. O discurso do "retorno das classes" fica sem força e superficialmente sociológico, sem fundamento de crítica econômica. Por isso é inútil aos novos movimentos de massas contra a globalização capitalista, a guerra e o declínio social.

O aparelho conceptual da crítica radical tem de ser liberto do pó. A "classe revolucionária" de Marx foi inequivocamente o proletariado fabril do século XIX. Unida e organizada através do próprio capital, tornar-se-ia o seu coveiro. Os grupos sociais, dependentes de salário das áreas derivadas de serviços, infra estruturas, etc. estatais e comerciais, podiam ser juntos ao "proletariado" apenas como uma espécie de grupos auxiliares, e mesmo isto só enquanto este ainda dominava como núcleo de massas sociais nas fábricas produtoras de capital. Com uma inversão das proporções numéricas, como se tinha esboçado já desde o início do século XX (e fora refletido apenas de forma superficial pelo antigo marxismo, p. ex. no debate de Bernstein) o esquema tradicional de classes e de revolução não podia continuar a passar.

Os empregados dos serviços públicos e de outros sectores secundários, que pouco a pouco representavam a maioria na reprodução capitalista, diferem um pouco do antigo "proletariado", não só sociologicamente, mas também economicamente. Os seus custos de reprodução são, assim como os custos de toda a

sua área de atuação, deduzidos da produção industrial de mais-valia. Da mesma medida, todavia, que a relação se inverte em termos de proporção, o "financiamento" destes sectores já não pode provir da produção real de mais-valia, mas tem de ser simulado através da antecipação de uma mais-valia futura, em primeiro lugar através de endividamento estatal e da criação de dinheiro estatal, mas também através do endividamento privado e da "economia de bolhas financeiras". Já a teoria de Hilferding do "Capitalismo financeiro" tem de ser vista neste contexto, ainda que o autor não tenha tido consciência disso. De fato, isto não significa senão que o próprio capital, através da necessidade estrutural e da preponderância numérica dos serviços públicos e de outros sectores secundários, produz um *grau de socialização* que o próprio já não consegue suportar.

Na terceira revolução industrial esta contradição agrava-se. O capital destrói a sua própria base num movimento de tenaz: Por um lado, aumentam as áreas que aparecem na reprodução do capital total como "custos mortos". Por outro lado, a revolução microeletrônica faz com que encolha como nunca o núcleo de produção de capital da produção industrial. A marginalização do proletariado fabril é idêntica à crise capitalista fundamental de novo tipo. É verdade que, através de privatização, os sectores públicos secundários podem ser transformados formalmente em capital comercial, embora, uma vez que desta forma o seu caráter economicamente derivado não muda, eles são ao mesmo tempo reduzidos e diretamente destruídos. Ao não poder manter o grau de entrelaçamento atingido, o capital dissocializa a sociedade. O resultado é uma sociologia de crise de desempregados em grande escala e beneficiários de rendimento mínimo garantido, de estabelecidos fictícios e empresas de miséria, de mães solteiras, e "jobhoppers" flexibilizados etc., até para lá da queda do Terceiro Mundo na economia de subsistência primitiva e na economia de pilhagem.

Nesta crise revela-se também o caráter da concorrência, que já está inerente ao próprio conceito de capital. Não só concorre o trabalho

contra o capital, mas igualmente trabalho contra trabalho, capital contra capital, ramo contra ramo, nação contra nação, e atualmente também localização contra localização, bloco econômico contra bloco econômico, homem contra mulher, indivíduo contra indivíduo, até criança contra criança. A "luta de classes" está dissolvida como parte integrante deste sistema da concorrência universal, e tem-se revelado como mero caso especial desta, que de modo algum consegue transcender o capital. Pelo contrário, num baixo nível de desenvolvimento, ela foi diretamente a sua forma de movimento imanente, quando ainda se tratava de reconhecer os proletários fabris como sujeitos civis neste sistema. Para poder concorrer, tem de se agir nas mesmas formas comuns. O capital e o trabalho são no fundo diferentes estados de agregação de uma mesma substância social. O trabalho é capital vivo e o capital é trabalho morto. A nova crise porém consiste precisamente no fato de que, através do desenvolvimento capitalista, a própria substância do "trabalho abstrato" é derretida como base de produção de capital.

Assim, a noção da "luta de classes" perde a sua luminescência metafísica, aparentemente transcendente. Os novos movimentos já não podem definir-se a si próprios, "objetivista" e *formalmente* através

de uma ontologia do "trabalho abstrato" e através da sua "posição no processo produtivo". Eles podem definir-se apenas *pelo conteúdo* através daquilo que querem. Nomeadamente, o que querem impedir: a destruição da reprodução social através da falsa objetividade dos constrangimentos formais capitalistas. E o que querem ganhar como futuro: o emprego racional comum das forças produtivas alcançadas, de acordo com as suas necessidades em vez de conforme os critérios doidos da lógica capitalista. A sua comunidade já só pode ser a comunidade da fixação emancipatória do objetivo, e não a comunidade de uma objetivação definida pela própria relação do capital. A teoria ainda tem de encontrar um conceito para aquilo que a prática já está a executar tateando no escuro. Só então os novos movimentos podem tornar-se radicalmente críticos de capitalismo, de uma maneira também nova, para lá do velho mito da luta de classes.

Original alemão *Jenseits des Klassenkampfes* em www.krisis.org. Publicado originalmente em *Neues Deutschland*, Berlin, 30.05.2003

Tradução de Nikola Grabski

Quem pode realizar a abolição do Trabalho?

Juca

Quem pode realizar a abolição do trabalho são os trabalhadores, só eles podem abolir a si mesmos enquanto trabalhadores. A crítica do trabalho feita de fora dos que são forçados pelo capital a trabalhar é uma crítica incapaz de negar o trabalho, porque é feita por quem acredita já estar "de fora" do trabalho. Se aqueles que fazem essa crítica exterior conseguem (ou acredita conseguir) a proeza de viver "de fora" do trabalho, eles não possuem nenhuma necessidade de abolir o trabalho (pra que abolir o trabalho se não se é submetido ao trabalho?). Para quem abolir a sociedade da mercadoria se não se é negado por essa sociedade? Todos os males (desde o "crescimento econômico" até a "crise") do trabalho, do Estado e da mercadoria não afeta a humanidade em geral, afeta a humanidade enquanto proletariado, isto é, seres destituídos de todos os meios de vida e que são assim

violentamente forçados a trabalhar para sobreviver. É preciso abolir essa violência para abolir o proletariado. Para abolir o trabalho duas coisas são necessárias: A) luta de classes: a luta contra aqueles que nos forçam ao trabalho, isto é, contra os capitalistas e seus burocratas e contra o Estado (e seus partidos ocupantes dele ou pretendentes), a fim de abolir o Estado e a sociedade de classes, e B) produção sem a mediação do valor, mediante a abolição da empresa (de qualquer tipo: Estatal, cooperativa, particular etc), a fim de produzir diretamente para a satisfação das necessidades e desejos humanos, que devem se associar e se organizar livremente, sem hierarquias, para produzir o que necessitam e desejam em escala mundial (o que pressupõe também abolir as fronteiras: pátrias, nações etc).

Sem isso, a abolição do trabalho é mera abstração.



Polémizando com Kurz

Euler Conrado

Os fundamentos da crítica marxiana de Kurz, no que tange aos argumentados que utiliza no texto abaixo, merecem reflexão. A crítica que ele faz à **luta de classes** se esforça para enquadrar a categoria "classe operária" ou proletário em esquema frágil. Primeiramente, diz que o proletariado de Marx era essencialmente o operário fabril e que hoje, este, numericamente, estaria destituído de força, ou enquanto força social capaz de mudar no interior do capital. Desta forma Kurz sai de uma essência - proletariado que possui somente a força de trabalho, destituído dos meios de produção - para uma condição quantitativa que não contextualiza a própria crítica que ele desenvolve da reprodução do capital, até os tempos atuais. O proletariado fabril quase virou "pó", enfatiza, mas o proletariado, enquanto força social que produz e reproduz as riquezas (ou a miséria) sociais e delas não se apropria, tal situação não mudou. Pelo contrário, agravou-se.

Em segundo lugar, Kurz adentra na questão da exploração da mais-valia, do lucro, dizendo que esta, hoje, em grande medida seria uma **"projeção futura"**, uma espécie de mais-valia virtual, ancorada nas **bolhas financeiras** - cuja teoria ele tem defendido com profundidade. Considerando que os "empregados" dos serviços públicos (Kurz evita, aqui, a expressão "proletários", talvez para não se contradizer a si mesmo, ou simplesmente em função da igualdade qualitativa que atribui às categorias de trabalhadores em relação à classe burguesa), ainda que fossem remunerados não mais pela parcela da **mais-valia real**, e sim pela chamada **mais-valia virtual**, ainda assim estaríamos diante de uma **"projeção futura"** que reproduz o real. Ou seja, a base de reprodução do capital estaria ainda assentada nos mesmos princípios, ou do contrário poderíamos "esticar a corda" a ponto de possibilitar uma melhor distribuição de renda para toda a humanidade, já despida da separação / superação de classes sociais.

Não é o que a vida tem demonstrado. Nos chamados países "em desenvolvimento" a exploração da mais-valia absoluta se combina com a exploração da mais-relativa, e os baixos salários do lado de cá do planeta constituem componente essencial e combinado para manter

o alto padrão social de camadas sociais da elite, tanto daqui como dos países ricos. Além disso, mesmo nestes países, as contradições se afloram. Torna-se cada vez mais difícil manter as políticas públicas de assistência social. Nos EUA a miséria relativa e absoluta cresce visivelmente. Nos países "ricos" da Europa Ocidental tenta-se a todo custo cortar gastos sociais criados na "época de ouro" (Hobsbawm) de expansão capitalista. O que dizer então do restante do planeta?

Parece-me que a polêmica do proletariado ter sido reduzido a quase nada precisa ser pensada criticamente. Se houve mudanças substanciais nas formas de produção e reprodução do valor - fordismo, taylorismo, toyotismo, 3ª revolução industrial - estas não alcançaram / alteraram a essência das relações capitalistas, que continuam reproduzindo riquezas para poucos e miséria, fome e desigualdade social que atinge a maioria da população mundial.

Concordo plenamente quando se faz uma crítica à "positivação" do papel do proletariado, erigido à condição de uma classe social endeusada, mitificada, que não desejaria libertar-se da sua própria condição de explorada, portadora do fardo do trabalho alienado etc. Mas, daí a recusar a condição concreta atual, de uma classe que é explorada e que é, teórica e praticamente, a única capaz de lutar ou não para sua auto-emancipação, vai uma longa distância. Não me refiro apenas ao proletariado fabril, que é parte deste exército de proletariado (incluindo os desempregados) do qual somos parte, todos os que não possuem (possuímos) os meios de produção e não somos parte dos aparatos de dominação estatal. A crítica social, quando não aponta um sujeito no interior das relações, que, ao reconhecer-se - afirmação - enquanto tal, queira negar-se a si mesmo através da luta social auto-emancipatória, dificilmente poderá contribuir para que esta realidade se altere. Numa certa medida, acaba reproduzindo, em sua crítica, o objeto da sua crítica: da constatação de uma "mais-valia projetada", em forma de bolha financeira, projeta-se um proletariado que não seria mais proletariado, uma espécie de proletariado-projetado, despido da condição

social transformadora que justificou a teoria marxiana da luta de classes.

É verdade que a crítica marxista vulgar, dos partidos comunistas, transformou a luta de classes num esquema fechado, que reduz a classe proletária a uma massa sem rosto, formada por chefes que formariam a vanguarda que estaria organizada num partido, com seus deuses (Stálin, Lula, Prestes...), os quais seriam uma espécie de guias geniais das massas para o reino do céu. Amém! Este reducionismo da teoria marxiana contribuiu para o desfecho trágico do século que passou. [Neste ponto, o marxismo militante deve desculpas, muitas, ao anarquismo, menos pela contribuição teórica, mas pelas conseqüências práticas de políticas que conduziram ao massacre de milhares de pessoas e representaram uma colaboração de classe com a burguesia na reprodução do valor-dinheiro. A revolução na Espanha é um exemplo do papel negativo, dentre tantos outros exemplos, do marxismo stalinista].

Mas, estou convencido de que despir a teoria marxiana da luta de classes inerente à forma social capitalista é torná-la dócil aos ouvidos da burguesia. A recusa à mercadoria, ao estado, não teria **sujeito social** que a levasse a cabo. O capitalismo estaria fechado num círculo que se auto-destruiria como uma bomba relógio uma vez que no interior de suas relações não haveria, dentre as forças sociais existentes, alguma que quisesse emancipar-se, abolindo e superando as relações sociais existentes. Ou então, numa segunda hipótese, dependeríamos de uma humanidade inexistente, provavelmente "projetada", como as bolhas financeiras, que desceria do céu para libertar a humanidade explorada concreta - o proletariado - da sua condição de escravo que aliena a força de trabalho para aumentar as riquezas nas mãos da burguesia.

Não me preocupo com a terminologia - operário, proletário, assalariados-explorados etc - mas com a essência. E nisso, não dá para colocar no mesmo saco os burgueses e seu estado, que se apropriaram das fontes de vida, dos meios de produção e das riquezas produzidas por bilhões de pessoas, com estas, que são aquelas despidas daquilo que foi apropriado pelos primeiros. Em termos gerais pode-se até dizer, grosso modo, que se trata de agentes sociais que concorrem no mercado, uns por mais lucros e outros por melhores salários. Mas, bota diferença nisso! Diferença que é quantitativa, também, mas não apenas. Daí que

os conflitos, se quiserem romper o círculo vicioso da acumulação e concentração de riquezas - e da reprodução da condição de explorados do proletariado - terá que combinar a luta imediata, por melhores condições, por um permanente esforço de re-apropriação dos espaços cedidos às elites dominantes. Em outros termos: a auto-emancipação do proletariado passa por uma luta combinada de afirmação e recusa da ordem existente. Afirmação, quando luta por melhorias imediatas que, na essência, não negam imediatamente a reprodução do dinheiro. Negação, quando estas conquistas representam a re-apropriação do controle dos meios de produção, do tempo, dos espaços físicos e materiais que hoje são controlados pela burguesia e pelo estado.

A recusa radical do mercado e do estado não se dá de forma estanquizada, do tudo ou nada. Exigir nenhuma relação com o estado ou com o mercado é tese de quem, na prática, acaba abrindo mão da luta social - mesmo que tenha as melhores intenções, o que se aplica a mim próprio, quando me aproximei desta concepção. Como se a nós, explorados, tivesse sido dada a opção, isoladamente, de abandonar os locais de trabalho, dar uma banana para o estado e ir para uma ilha qualquer assoviar e chupar cana. Portanto, enquanto houver capital e trabalho, essa relação vai exigir pontos de aproximação e recusa. O que deve ser discutido é **como** se dá essa relação. Se, em forma de colaboração e parceria de classe - e a tese da recusa da existência da luta de classe acaba contribuindo, direta ou indiretamente, com essa alternativa - ou em forma de luta aberta, **luta de classe**, que convive golpeando, arrancando conquistas e espaços, até levar o inimigo e todo o sistema à ruína. Eis a morte do proletariado e o nascimento da humanidade auto-organizada e associada para a produção de necessidades comuns.

Faz sentido a crítica de Kurz quando nomeia as oposições e conflitos entre sujeitos que deveriam estar na mesma trincheira e se apegam às aparências formais do tipo: concorrência entre nações, entre categorias de ramos de produção, de gênero, etc. Mas, destes conflitos que são próprios da alienação e do fetiche do capital, Kurz extrai não o fundamento para a necessária unidade de classe *dos de baixo* - ao contrário disso, busca reforçar a tese da inexistência da luta de classes. Ora, pelo fato do proletariado não possuir consciência de sua condição social e embarcar em guerras

nacionais, patriotismos, defesa de interesses corporativos, etc, não significa que ele tenha deixado de existir enquanto **classe social explorada**. Muitos escravos, na Antiguidade, ou no Brasil-colônia e parte do Brasil-império, também se acomodaram com sua condição, o que não fez deles menos escravos do que os que se rebelaram.

Isoladamente, a ocupação de um terreno ou de um prédio, ou a conquista de melhores salários e condições de trabalho não representa o fim do capitalismo, claro. Nem mesmo o operário fabril do século XIX, quando ocupava fábricas e matava os patrões, colocava em risco, isoladamente, a produção capitalista como um todo. Além de representar uma melhoria imediata nas condições de vida – melhorias estas arrancadas do inimigo, na luta – são ensaios que se acumulam, que **podem ou não se articular e dar um salto de qualidade**. De uma certa forma, o proletariado foi, sim, parceiro da "modernização" burguesa, visto assim, de frente para trás, como num filme, abstraindo-nos das lutas e revoluções proletárias onde se tentou colocar um fim ao regime capitalista. São argumentos que podem compor uma análise objetiva, fundamentada, daquilo que foi, **em parte**, mas que não incorpora outros valores e conquistas objetivas. Além disso, tem um dado subjetivo a ser levado em conta: o proletariado enquanto força social foi derrotado em vários momentos, sabemos: Comuna de Paris, 1871, Rússia, 1917, Alemanha, poucos anos depois, Espanha, na segunda metade da década de 30, Paris novamente, 1968, etc., etc. Mas, estas derrotas foram precedidas por **importantes vitórias**, por questionamentos que abalaram o mundo, que desafiaram a ordem, que poderiam ter resultado em coisa diferente. Não dá para dizer que o proletariado sentou-se à mesa com a

burguesia, como faz o PT no governo Federal, e convencionou "modernizar" o capital. Mesmo que isso objetivamente tenha acontecido é preciso que se diga: tal "colaboração" de classe se deu ao arrepio de uma das partes, do proletariado, que lutou (luta) e foi derrotado. Foi sobre as cinzas das revoluções massacradas que a modernização se fez!

Daí que, na minha modestíssima opinião, julgo não haver sido encoberto pela poeira do tempo o embate entre as classes sociais que se opõem: burgueses e proletários. A unidade sistêmica para a reprodução do valor não as torna equivalentes nas relações sociais, haja vista que uma delas continua detendo os meios de produção e as riquezas sociais produzidas pela outra, despida, a não ser dos meios essenciais de subsistência, para que continue se reproduzindo enquanto força de trabalho vivo reprodutora de valor. Enquanto essa essência não for alterada, mesmo que tenha sido mudada em aspectos relevantes, mas que não mexeram nos fundamentos do capital, não se pode dizer que o Marx da luta de classes (não confundi-lo com o Marx dos marxistas que teorizam a seu modo a luta de classes!) continuará vivo. E clamando: proletariado – por sobre as correntes das nações, das categorias profissionais, da separação de gênero, de raça ou de etnia – uni-vos!

A Luta Autônoma e os ciclos longos da mais-valia relativa segundo João Bernardo

Lucas Maia dos Santos



Os indivíduos, grupos e classes sociais, historicamente, sempre se manifestaram, se opuseram às relações de subordinação e exploração. Seja no escravismo antigo, com suas rebeliões de escravos; no medievo europeu, com as mais distintas formas de manifestação dos servos (desde roubar lenha, a recusa em pagar a corvéia, revoltas camponesas no final do feudalismo etc.); ou o absenteísmo, as greves e revoluções na sociedade capitalista são entre inúmeras outras, formas desta manifestação.

Quando a sociedade capitalista se estabeleceu como modo de produção dominante, proletarizou a imensa maioria dos indivíduos e grupos sociais (Bernardo, 2000). A classe burguesa¹ (juntamente com o proletariado nascente e o campesinato) explodiu a sociedade medieval e junto com ela a sua nobreza. Por mais que tenham resistido alguns vestígios do velho feudalismo, estes foram totalmente incorporados e submetidos à lógica da produção e reprodução burguesas (Viana, 2003). Evidentemente este processo se desenvolveu no decorrer de séculos, não foi um ato súbito e repentino. Quando das revoluções políticas européias no século XVIII e XIX, as relações de produção já eram predominantemente capitalistas, estas revoluções tiveram um caráter eminentemente político, ou seja, de adequar as instituições às novas relações de produção.

Mas neste mesmo processo revolucionário, no qual a burguesia se tornou a classe dominante, notadamente nos

¹ “Onde que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem aos seus superiores naturais (...)” (Marx, 2002, p: 27)

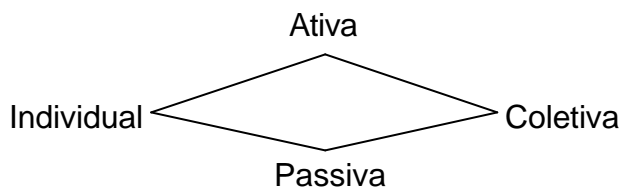
acontecimentos turbulentos de 1848, uma classe já se mostrou perigosa aos seus interesses, o proletariado. Esta criação genuína da sociedade capitalista é ao mesmo tempo a possibilidade de sua dissolução. Não era identificável, com clareza, neste momento uma classe social específica, com relativa autonomia, que se diferenciava tanto do proletariado quanto da burguesia, a classe dos gestores².

Se analisarmos com cuidado o desenvolvimento histórico das lutas operárias ao longo dos séculos XIX e XX, perceberemos com muita clareza o desenvolvimento desta camada de gestores, que inicialmente não se apresentou como exterior à classe operária, mas que com o desenrolar do processo histórico de luta dos trabalhadores seu caráter de classe específica e oposta aos trabalhadores foi revelado.

Seguiremos de perto a análise feita por João Bernardo, na sua importante obra *Economia dos Conflitos Sociais*, na qual ele dedica inúmeras páginas à compreensão do processo de luta autônoma dos trabalhadores. Evidentemente, como nosso objetivo principal não é compreender, em sua totalidade e minúcias, as lutas efetivadas pelos trabalhadores, mas simplesmente sua constatação e implicações, vários elementos da teoria de João Bernardo serão caricaturados, cabendo ao leitor ir à fonte para compreender a complexidade e detalhamento que ele faz destas lutas.

Inicialmente, traça as linhas gerais dos principais tipos de luta que os trabalhadores encaminham ao longo da história do capitalismo. Para ele, as lutas podem ser expressas da seguinte forma:

² Esta denominação é feita por João Bernardo (2000), (1991), (1977) entre outras obras, para designar a classe responsável pela gestão e administração da sociedade. Este é pelo menos o discurso ideológico que a justifica. Esta classe pode surgir tanto do seio da classe operária em seu processo de luta, quanto da necessidade da administração hierárquica das fábricas organizadas com base na disciplina capitalista.



As lutas operadas pelos trabalhadores adquirem as mais diversas formas e níveis de radicalidade. A luta individual é aquela processada por um único indivíduo e não tem nenhum nível de consciência coletiva. Ela pode ocorrer de duas maneiras, dependendo da forma como se manifesta, articulando-se com a forma passiva ou ativa de luta.

A luta *individual passiva* ocorre quando o operário não se manifesta claramente e nem entra em conflito aberto ou deliberado com o patronato. Pode ser percebida de várias maneiras, na “preguiça, no absenteísmo, no alcoolismo, no uso de estupefacientes, em suma, todos os modos práticos de reduzir o tempo de trabalho despendido sem para isto entrar em conflito com o patronato” (Bernardo, 318).

Já a luta *individual ativa* arrisca-se ao conflito direto, mesmo que às vezes o faça de forma dissimulada. É manifesta na sabotagem individual de meios de produção, roubo de mercadoria e matérias primas, até mesmo na agressão física e verbal aos contramestres, gerentes, supervisores etc.

No entanto, estas formas de luta não visam e nem possuem as condições práticas e materiais de superar a disciplina de fábrica, nem muito menos de estabelecer novas relações sociais. Embora seja produto direto da hierarquização e regime de trabalho criado pelo modo de produção capitalista, portanto são a expressão mais clara do descontentamento com relação à disciplina no trabalho, elas não possuem a menor possibilidade de superar tal disciplina e relações de produção. Muito pelo contrário, elas reafirmam a fragmentação que a hierarquia capitalista dentro dos locais de trabalho produzem.

As lutas coletivas, contrariamente às individuais, são caracterizadas já por um certo grau de organização e comunicação entre pequenos ou grandes grupos de operários. Elas possuem um maior nível de complexidade. As táticas e estratégias são elaboradas coletivamente, possuindo deste modo um maior nível de eficiência e combatividade práticas que as formas individuais.

As *lutas coletivas passivas* são caracterizadas pela presença de uma classe de

dirigentes. As burocracias sindicais e partidárias se constituem em detentoras do processo de luta e se caracterizam por dirigir e comandar as ditas bases. Em momentos de greve, também estas burocracias se apresentam como líderes e conduzem todo o processo, tentando dispersar os trabalhadores nos seus locais de residência. Quando estes insistem em permanecer unidos para ocuparem seus locais de trabalho, as burocracias jogam-nos nas ruas em manifestações, de pouco impacto no que concerne à alteração das relações de produção, e mais suscetíveis à repressão policial. E por fim, quando os trabalhadores insistem em ocupar seus locais de trabalho, passando por cima das decisões de seus dirigentes, os burocratas buscam isolá-los, encerrando o movimento a uma só empresa ou seção de empresa, temendo que o movimento se alastre e percam completamente o controle. Em suma, este tipo de organização é caracterizado também pela fragmentação e fragilização da espontaneidade e criatividade dos trabalhadores.

João Bernardo assim resume estas formas de organização da luta:

Se as formas individuais de organização dos conflitos não rompem com o quadro de autoridade do capitalismo, as formas coletivas e passivas reproduzem-se no seu interior. Também aqui o capitalismo em desenvolvimento recupera não apenas o conteúdo das reivindicações, mas ainda a sua forma organizativa, convertendo-a num dos agentes da disciplina social (Bernardo, 1991, p: 320)

Contrariamente às formas anteriores, as lutas *coletivas e ativas* caracterizam-se por dois princípios: o *coletivismo* e o *igualitarismo*. Tem sido assim ao longo da história de suas lutas. Entretanto, quando o conflito ainda não se apresenta de maneira clara, ocorre que por iniciativa dos próprios trabalhadores, são criados grupos informais que contrariam a disciplina de fábrica. Os trabalhadores, organizados nestes grupos informais contrariam muitas vezes várias ordens vindas dos administradores e organizam em parte o processo de trabalho. Expressam simplesmente a capacidade organizativa e criativa dos trabalhadores, mas não negam em si as relações de produção capitalistas, aumentando e muito sua produtividade.

Porém, estes grupos informais podem assumir outra forma e agir de maneira a negar e superar as relações de produção capitalistas. Buscando ao invés de aumentar a produtividade,

procura sabotá-la, diminuí-la. Esta ambigüidade pode encaminhar a autonomia dos trabalhadores para estes dois sentidos: sua apropriação pela administração da empresa, aumentando assim a produtividade e não negando radicalmente a hierarquia e relações de produção capitalistas; ou pode assumir a forma contrária a esta, na qual o objetivo explícito é alteração das relações sociais.

Ao assumir esta forma os grupos que surgem dentro dos locais de trabalho adquirem uma radicalidade profunda e buscam controlar o processo de trabalho, eliminar a hierarquia e disciplina do regime de trabalho capitalista, e o fazem por meio do controle e gestão do processo de luta, o que é comumente conhecido como *autogestão das lutas*.

Este esquema lógico formulado por João Bernardo é na realidade o produto de uma análise histórica apurada dos vários movimentos experimentados pela classe trabalhadora ao longo da história do capitalismo. Não é de maneira alguma uma fórmula que possa ser aplicada a todas as realidades em todos os tempos e lugares. É um modelo teórico que expressa e explica os vários movimentos contestatórios que a classe operária empreendeu no decorrer e desenvolvimento de suas lutas.

Analisemos agora como estas se deram historicamente.

A história do capitalismo é a história da incorporação, ou como denomina João Bernardo, “recuperação” das lutas pelo sistema capitalista. As formas de organização balizadas no igualitarismo e coletivismo e calcadas na ação coletiva de todos e de cada um dos trabalhadores envolvidos no processo de luta ocorrem em determinados momentos e são cíclicas. Ele denomina estes ciclos de *‘ciclos longos da mais valia relativa’* em oposição aos *‘ciclos curtos da mais – valia relativa’*.

“A quotidiana assimilação das reivindicações e pressões ritma aquelas flutuações econômicas a que chamo ciclos curtos da mais – valia relativa (Bernardo, 1991, p: 350)”. A assimilação destas reivindicações implica em alteração de alguns aspectos do processo produtivo, mas que não atinge profundamente as relações de produção capitalistas. Assim, a melhora de equipamentos (investimento nos meios de produção), alterações formais na organização do processo de trabalho incluem-se nestas alterações provocadas pela assimilação das reivindicações cotidianas. Já os ciclos longos da mais – valia

relativa correspondem a fases de *ascensão* e *assimilação* das lutas autônomas, ou seja, aquelas calcadas na ação coletiva e igualitária de todos os trabalhadores envolvidos no processo de luta. Todo ciclo longo caracteriza-se por duas fases: a primeira corresponde à *ascensão* das lutas autônomas e a segunda, à *assimilação* pelo capitalismo destas lutas, correspondendo a um aumento na produtividade.

Segundo nosso autor:

O colapso das novas relações sociais não suscita apenas a *integração na classe gestorial de antigos delegados dos trabalhadores degenerados em dirigentes*. Não se trata somente, nem sobretudo, da absorção pelo capitalismo de pessoas ou de funções decorrentes do declínio das formas organizativas autônomicas. *São também as próprias instituições da luta autônoma a serem assimiladas, após o seu colapso lhes ter alterado profundamente a natureza social*. Quando a derrota perante as pressões do mercado leva os trabalhadores a descreer da possibilidade de combaterem radicalmente o capital e a afastarem-se da participação ativa nos órgãos de deliberação e de decisão, estes não desaparecem, sendo mantidos pelos antigos delegados convertidos em novos gestores, que neles encontram a justificação histórica das suas funções. (...) *A assimilação das instituições resultantes do colapso das formas autônomas requer remodelações profundas, diretamente no nível das CGP*. (Bernardo, 1991, p: 350) (grifos nossos).

Desta citação podemos destacar os seguintes aspectos: primeiramente, o colapso das relações sociais novas implica na *ascensão* de uma classe de delegados dos trabalhadores a dirigente dos trabalhadores, ou seja, as funções criadas pelas novas organizações exigem pessoas para exercê-las, quando estas organizações são degeneradas e assimiladas, parte destes trabalhadores tornam-se dirigentes, gestores dos trabalhadores. Em segundo lugar, não há somente a degeneração dos delegados em gestores, mas principalmente a *assimilação* das próprias formas organizativas surgidas no processo de luta autônoma na administração e organização do processo produtivo. E em terceiro lugar, estas formas organizativas degeneradas e assimiladas correspondem ou implicam em profundas alterações das Condições Gerais de Produção (CGP). Esta alteração acarreta aumento da produtividade. Deste modo, as lutas autônomas assimiladas são elemento importante no processo de reprodução ampliada do capital.

Mas esta assimilação que o capitalismo faz das lutas autônomas implica na criação de novas contradições que vão gerar novas formas de luta e organização autônomas iniciando assim um novo ciclo. Interpretando o texto de João Bernardo, podemos fazer o seguinte quadro que expressa cronologicamente os ciclos longos da mais – valia relativa.

Cronologia dos ciclos longos da mais – valia relativa		
Fases	Fase de ascensão das lutas autônomas	Fase de assimilação das lutas autônomas
1º	Indefinido	1848 – 1860
2º	1860 – 1874	1875 – 1917
3º	1917 – 1839	1940 – 1960
4º	1960 – 1980	1980 – 1991

Este quadro, retirado da experiência prática dos trabalhadores no processo de luta, nos ajuda a compreender a dinâmica das lutas autônomas. O início do ciclo, a 1º fase, é marcado pela ascensão das lutas autônomas. O capitalismo assimila estas novas formas de organização, caracterizando a 2º fase. Quando surgem novas formas de organização e lutas autônomas que tornam impossível sua assimilação dentro do quadro constituído inicia-se um outro ciclo.

No desenvolvimento do primeiro ciclo, as lutas autônomas, igualitárias e coletivas, eram cindidas entre uma frente voltada para o estado amplo e outra para o estado restrito³. A luta contra o estado restrito era encetada juntamente com a burguesia e tinha como inimigo a aristocracia nobiliárquica. Na esfera do estado amplo, era organizada geralmente nos locais de moradia, não chegando haver ocupações dos locais de trabalho. Os gestores ainda não se apresentavam como classe específica e por vezes oposta ao proletariado e à burguesia. As revoltas de 1848 constituem fase decisiva na ascensão da burguesia ao poder político do estado restrito. A paulatina generalização do sufrágio universal evidencia a assimilação das

³ João Bernardo denomina estado restrito: a esfera do poder político que corresponde às esferas clássicas de poder reconhecidas pela ciência política e pelo direito, ou seja, o poder executivo, legislativo e judiciário. Chama de estado amplo as esferas de poder político criado pelas empresas capitalistas. Se se considerar uma empresa isoladamente, percebe-se que há nela um poder legislativo, aquele que determina a disciplina e regime do processo de trabalho; um poder executivo, aquele que faz com que os trabalhadores exerçam suas funções de acordo com a disciplina hierarquicamente estabelecida; e um poder judiciário, aquele que pune os trabalhadores caso não cumpram adequadamente a disciplina estabelecida.

lutas autônomas. Também o surgimento dos primeiros sindicatos burocratizados mostram esta assimilação na esfera do estado amplo.

O segundo ciclo evidencia o desenvolvimento da classe dos gestores, que durante este como também durante o terceiro ciclo, não se mostra como opositora aos interesses do proletariado. Como neste período, os gestores se opunham à burguesia, eram

constantemente eleitos pelos trabalhadores em suas lutas contra a classe capitalista. Esta característica foi denominada por João Bernardo de “*ambigüidade do movimento operário*”. Esta ambigüidade implicou em fortalecimento da classe dos gestores, pois tanto na esfera do estado amplo, quando os trabalhadores elegiam seus delegados para os sindicatos e estes se burocratizavam cada vez mais, quanto na esfera do estado restrito, quando também os trabalhadores elegiam representantes para o parlamento, isto significou uma unificação e fortalecimento da classe dos gestores.

A luta iniciada pela I Internacional de unificar as lutas (no estado restrito e no estado amplo) foi retomada e recuperada pela II Internacional, que era dominada por partidos e sindicatos kautskistas. No período da II Internacional, as lutas autônomas deste segundo ciclo já se encontravam totalmente recuperadas pelo capitalismo. A primeira guerra mundial marca o fim deste ciclo e a ascensão do terceiro. “A guerra de 1914 – 1918, se nos dois primeiros anos culminou a fase de assimilação do segundo dos ciclos, nos dois anos seguintes abriu a importante fase de ascensão das lutas autônomas com que se iniciou o terceiro ciclo” (Bernardo, 1991, p: 358).

A fase de ascensão do terceiro ciclo inicia-se com as lutas autônomas de 1916, 1917, 1918, 1919 e 1920. Anos turbulentos na Europa. Os *soviets* na Rússia abalavam a estrutura econômica deste país. Os conselhos operário formados na Alemanha e Itália assustam as burocracias sindicais, de matiz social democrata, e afetam profundamente a reprodução ampliada do capital nestes países. Vê-se, neste período, claramente uma nova forma de organização que não se enquadra nas

relações de produção capitalistas e as supera. Nestes países, estas lutas são brutalmente reprimidas, os fascismos alemão e italiano são exemplos disto, também a contra-revolução bolchevique na Rússia acaba em sangrenta repressão, onde, em 1921, os anarquistas na Ucrânia e os marinheiros de Kronstadt são violentamente eliminados pelo exército vermelho. Os últimos surtos de ascensão das lutas autônomas deste terceiro ciclo se dão na França, na greve geral de 1936 e na Espanha, na guerra civil espanhola de 1936 – 1939, com esta última sendo brutalmente reprimida. Finda-se aqui a fase ascensional deste terceiro ciclo. O que o diferencia do anterior é: a) o aprofundamento e generalização das ocupações de fábrica; b) a identificação dos gestores como classe oposta aos interesses dos trabalhadores; As comissões informais de trabalho, organizadas pelos operários, foram incorporadas ao processo produtivo, aumentando a produtividade. Passou-se das idéias de Taylor, ao taylorismo melhorado segundo as idéias de cooperação de Elton Mayo. A segunda guerra mundial marca a fase plenamente assimilatória deste terceiro ciclo.

Por fim, a fase ascensional do quarto ciclo vai de meado de 1960 aos anos iniciais da década de 1980. A característica central deste ciclo é a superação, pelos trabalhadores em luta, de suas burocracias sindicais e partidárias. As famosas “*greves selvagens*” são seu exemplo característico. Também sua assimilação, processada a partir dos anos de 1980 é marcada pela incorporação, por parte do capitalismo, de suas formas organizacionais e de luta degeneradas. É a partir deste período que as concepções de Mayo se generalizam. Surgidas e parcamente utilizadas no ciclo anterior, estas concepções se tornam dominantes nos países e regiões onde predominam a mais valia relativa. Agora, as classes dominantes (gestores e capitalistas) são transnacionalizadas, ao passo que os trabalhadores encontram-se divididos pelas fronteiras nacionais. Esta é uma das principais razões que levou, neste quarto ciclo, ao colapso das relações sociais novas, levando à completa assimilação, por parte dos capitalistas, das lutas autônomas.

Historicamente foi assim que se deu o processo de luta. Não quero como isto dizer que sempre será assim, mas é somente a partir da análise e entendimento das experiências passadas, que o movimento pode avançar em direção a rumos novos. Hoje, em perspectiva, é

assim que se apresentam as lutas; é somente no processo de análise da luta, que as idéias sobre ela vão se fazendo e se modificando. As idéias se fazem na prática.

Deste modo, de acordo com a experiência dos trabalhadores organizados, podemos dizer que as lutas radicais são *autônomas*, ou seja, são os trabalhadores organizados, adquirindo consciência de classe no próprio processo de combate e independentemente das classes dominantes (burguesia e burocracia). São *Igualitárias*, ou seja, todos os trabalhadores envolvidos no processo têm o mesmo “valor”. Não há hierarquização, nem dirigentes e nem dirigidos, trata-se de um corpo em luta. E por último, são *coletivas ativas*, pois somente quando parte ou conjunto de todos os trabalhadores, por motivos que já analisamos, se envolvem no processo é que realmente a luta tem eficiência e capacidade de alterar as relações sociais.

Gostaria de ressaltar só mais uma vez que estes princípios não são uma fórmula na qual todos os movimentos devem se enquadrar. Esta é simplesmente a maneira como historicamente o movimento operário radical se constituiu. Se novas formas surgirem, e vão surgir, os teóricos, partindo da perspectiva dos trabalhadores, que se dedicarem a analisá-las, não devem tomar estes princípios como um dogma, pois não conseguirão compreender o movimento da realidade, ficando aquém dela. O material da teoria é a história, por isto a teoria deve estar sempre ao pé da história, sem nunca afastar-se dela.



BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, João. *Marx Crítico de Marx* Livro Primeiro: *Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia em O Capital*. Tomo III. Porto: Afrontamento, 1977.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: ainda Há Lugar para os Sindicatos?*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VIANA, Nildo. *Estado Democracia e Cidadania: A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Tempo de Eleições, tempo de ilusões

Nildo Viana



As eleições são "armadilhas para tolos", já se disse. E existem tolos em todos os lugares e com as mais diversas ideologias. O que nos surpreende é existirem "tolos revolucionários", se me permitem o excesso de aspas. É devido a isto que iremos fazer algumas considerações sobre o fenômeno eleitoral e a esquerda revolucionária.

O capitalismo é o mais complexo modo de produção que a humanidade criou. A burguesia, para sustentar sua dominação e reproduzir as relações de produção capitalistas, precisou criar um conjunto de instituições burguesas sob o comando do Estado Capitalista. A democracia burguesa (com seu sistema eleitoral e partidário) é uma destas instituições e é através dela que se busca legitimar a mais poderosa instituição burguesa: o estado capitalista.

A esquerda revolucionária já denunciou o caráter burguês e manipulatório da democracia representativa. Mas ela é tão eficaz que conseguiu corromper grande parte das organizações "ditas" de esquerda. A capitulação da pseudo-esquerda foi justificada ideologicamente por Bernstein, Kautsky, Gramsci, entre muitos outros. A crítica radical à democracia burguesa foi realizada por Sorel, Bordiga, Pannekoek, entre outros. Sartre demonstrou que compreendeu o seu significado quando escreveu um artigo intitulado "Eleições: Armadilha para Tolos".

Deixemos, por um momento, as eleições e a democracia burguesa para os tolos e façamos uma crítica da pseudo-

esquerda. Se a pseudo-esquerda, com sua ignorância total, não percebe que a crítica à direita está implícita na crítica das instituições burguesas e que a crítica à pseudo-esquerda se faz necessária devido sua influência nos movimentos sociais e por isto também é preciso nomeá-la, é devido ao fato de sua visão só consegue chegar até as fronteiras da sociedade burguesa e da sua democracia. A pseudo-esquerda quer que a esquerda revolucionária critique os partidos de direita e não percebe que isto é função dela, devido ao fato de sua integração no capitalismo e abandono do projeto revolucionário, que faz com que ela se oponha a partidos que são seus adversários eleitorais. Assim, a luta de classes se transforma em luta de partidos, a luta pela derrubada das instituições burguesas torna-se uma luta pela conquista destas instituições, o ataque às relações de produção capitalistas (cuja expressão jurídica se encontra na propriedade privada) é substituída pelo ataque a indivíduos e partidos. Basta olhar a prática dos diversos partidos da pseudo-esquerda no processo eleitoral para ver esta verdade cristalina. A pseudo-esquerda, assim, executa o papel que a burguesia lhe reservou: legitimar a democracia burguesa e, conseqüentemente, o estado e a sociedade capitalista.

Infelizmente, a pseudo-esquerda acaba convencendo pessoas bem intencionadas e não corrompidas a participarem deste processo. Este convencimento não ocorre devido à capacidade argumentativa e teórica de seus representantes ideológicos e sim graças à correspondência entre o discurso da pseudo-esquerda e o conjunto de valores e sentimentos produzidos e reproduzidos pela sociedade capitalista. Nisso a pseudo-esquerda (tanto a social-democrata quanto a bolchevista) e a direita assumida são idênticas, pois a mesma estrutura de argumentos é utilizada. O paraíso só depois da morte e por isso sejamos servos bem

comportados esperando aquele esqueleto vestido de negro com sua foice para nos levar para o caixão conviver com os vermes e as minhocas. Só esquecem de nos avisar que já convivemos com vermes e minhocas...

O que a esquerda revolucionária deve fazer em relação a isto? Buscar combater a ideologia pseudo-esquerda e desfazer seu domínio sobre tais pessoas. Destruir a ideologia eleitoral como ponto de partida para destruir sua base, a mentalidade burguesa. Muitos poderão superar estas ilusões e juntar-se à luta revolucionária.

Voltemos ao processo eleitoral. Estamos vivendo mais um ano eleitoral. O que predomina na vida política, como em todos os outros anos eleitorais, é a demagogia, as promessas irrealizáveis e, principalmente, as ilusões. Sem dúvida, a época das eleições é a época das ilusões. Mas onde existem ilusões existem os iludidos e estes últimos só existem havendo aqueles que iludem. Quem são estes? São os políticos profissionais, aqueles que vivem da política.

Eles iludem grande parte da população através dos mais variados artifícios e subterfúgios. A pseudo-esquerda reproduz tal processo de produção de ilusões. Em tempos de eleições presidenciais e para senado e câmara federal, eles criam uma causa de todos os males para servir de objeto de ataque: a inflação, a corrupção, o imperialismo, etc. Ao lado disso, e complementarmente, acusam os adversários eleitorais de conivência ou produtor da causa. Vejamos um exemplo, o da corrupção.

Segundo o discurso de muitos políticos profissionais, o problema do Brasil é a corrupção. Ela seria a causa de todos os males do país. O discurso de Fernando Collor, então candidato a presidência da república, era contra os "marajás", contra a corrupção. Foi eleito e depois foi retirado do cargo pelos seus adversários e pelas manifestações populares, devido à corrupção...

Entretanto, ninguém se levantou contra a corrupção oculta ocorrida durante a ditadura militar ou a de partidos e pessoas que dirigem "movimentos pela ética na

política", nos movimentos sociais (inclusive intitulados de "extrema-esquerda"...). O problema do Brasil, evidentemente, não é a corrupção, e a superação desta não ocorrerá sem a simultânea abolição das relações sociais que a produz e reproduz.

Assim, é necessário, inicialmente, compreendermos o que é a corrupção. Ela não é a ação maldosa de alguns indivíduos malignos, pois não é o corrupto que cria a corrupção e sim a corrupção que cria o corrupto. A corrupção é uma relação social produzida por uma sociedade competitiva, mercantil e burocrática e que se espalha por todas as instituições e relações sociais existentes. Portanto, a simples troca de corruptos (tanto faz se é Collor, Lula, Brizola, Maluf, Itamar Franco, Serra, Alckimin, FHC, Garotinho, Ciro Gomes, etc.) não muda nada. O que é preciso é abolir a corrupção e esta não pode ser abolida sem a transformação radical da sociedade que a produz.

Seria necessário aqui discutir o problema da corrupção no seio da pseudo-esquerda, que é reforçada com sua participação no processo eleitoral. As próprias organizações partidárias, que reproduzem o caráter mercantil, burocrático e competitivo da sociedade burguesa, são uma poderosa fonte de corrupção dos seus integrantes e, devido sua influência na sociedade, dos movimentos sociais. Ora, participando do processo eleitoral e conquistando cargos, o processo de corrupção irá crescer assustadoramente. Historicamente todos sabem que a social-democracia se torna cada vez mais conservadora quanto mais conquista vitórias eleitorais. Esta é uma tendência que não possui contra-tendências, pois as dissidências internas sempre são derrotadas e a pressão popular nunca tem efeito. O bolchevismo, por sua vez, quando consegue espaços no parlamento ou poder executivo, logo se transforma em social-democracia com discurso mais extravagante.

A corrupção atinge não só a pseudo-esquerda mas também membros das classes exploradas que atuam em movimentos sociais. Eles são cooptados pelos partidos da direita ou da pseudo-esquerda, pois trazem retorno eleitoral.

Notem que tudo isso serve ao propósito da reprodução da sociedade capitalista, pois provocam um amortecimento da luta de classes. Cria-se uma corrupção geral de indivíduos, partidos, grupos, etc., e, o que é pior, inclusive ligados organicamente às classes exploradas e que fazem discurso para elas.

Tomamos aqui o exemplo da corrupção, tema dos políticos profissionais para ganhar votos, mas tratado de forma falsa. O problema da corrupção é apresentado de forma falsa e assim se desvia da sua real fonte, uma sociedade fundamentada na sua produção e reprodução constante, e das questões mais importantes.

A época de eleições vem acompanhada pelas promessas irrealizáveis, pois não basta apontar o problema, é preciso criar a ilusão da solução. A corrupção será abolida! É o que dizem os corruptos...

Quando se trata de eleições para governador ou prefeito e vereadores, as promessas são mais modestas mas continuam irrealizáveis... Certa feita, um candidato a prefeito prometeu "piscinas populares" para a periferia da cidade... foi eleito e depois sofreu *impeachment* logo depois de assumir o cargo de prefeito... um candidato a governador prometeu um metrô de superfície para a capital do estado e depois de quatro anos de mandato ninguém viu metrô nenhum... Outros prometem "farmácia cidadã", que irá distribuir remédios gratuitamente... serviço policial por toda a cidade com helicópteros e toda uma parafernália junto... serviço de ambulância gratuito para toda a população carente... 20 milhões de empregos... mas a pseudo-esquerda também não fica atrás: prometem um "governo dos trabalhadores" numa cidade capitalista...

Mas parafraseando Marx, a crítica das ilusões não vem para fazer com que os seres humanos agüentem seus sofrimentos sem ilusões e sim para que reconheçam a realidade tal como ela é e assim possam buscar transformá-la e retomar assim, a ação e a esperança. A corrupção, por exemplo, não pode ser abolida sem a transformação radical da sociedade que a produz. Então devemos deixar a corrupção

Revista Enfrentamento – nº 01, jul./dez. 2006

de lado e lutar pela transformação social? Não devemos ficar esperando a instauração da autogestão social para superarmos a corrupção. Devemos articular a luta pela autogestão com a luta contra a corrupção. Embora a abolição da corrupção não possa ocorrer sob o capitalismo, é necessário combatê-la. É preciso combatê-la nas nossas próprias relações sociais, no interior da própria organização revolucionária, e também nos movimentos sociais. Além disso, é preciso elaborar estratégias para limitar a corrupção e estas devem ter como base a democratização e fiscalização das instituições burguesas pelas classes exploradas, além da formação de centros de contra-poder e da auto-organização das classes exploradas. Isto, obviamente, para reforçar a luta pela revolução autogestionária. O processo eleitoral, por sua vez, é outra ilusão que deve ser combatida. Ao reconhecermos que o processo eleitoral não provocará nenhuma mudança na vida do proletariado e outros grupos sociais oprimidos e classes sociais exploradas, é necessário colocarmos que é preciso, em primeiro lugar, negá-lo, e, em segundo lugar, apresentar um projeto alternativo. A negação do sistema eleitoral se dá através de algumas ações que buscam corroer sua eficácia, no qual se destaca a estratégia da propaganda pelo voto nulo. O projeto alternativo é a participação direta nos movimentos sociais, buscando democratizar todas as relações sociais e criar a auto-organização dos trabalhadores, estudantes, etc. (sem a tutela dos partidos políticos), visando a transformação social e a instituição de uma sociedade autogerida.

